

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na 1ª Região é debatida em fórum da Esmaf



Em vigor há quase dois meses, a Lei 13.709/18, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é o marco legal que regulamenta o uso, a proteção e a transferência de dados pessoais no Brasil. E, para promover um debate sobre como serão aplicados os preceitos dessa norma no âmbito do Poder Público, a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf) inseriu o assunto na série “Diálogos Jurídicos com a Magistratura Federal” com o tema: Implantação da LGPD na Justiça Federal. O evento aconteceu na manhã dessa segunda-feira, 9 de novembro, e foi transmitido ao vivo pelo canal da Esmaf no YouTube.

A coordenação-geral da conferência ficou a cargo dos desembargadores federais Souza Prudente (diretor da Esmaf) e Wilson Alves de Souza (vice-diretor), do juiz federal Pedro Felipe de Oliveira Santos. A gestora do projeto Atendimento à

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Ana Clara Balsalobre, também coordenou o debate e mediu as palestras.

Para conferir um resumo sobre a palestra, acesse: <https://bit.ly/2JWof2T>. A íntegra das palestras está disponível no canal da Esmaf no YouTube no link: <https://www.youtube.com/channel/UCajO-aawDkQ4j37TuQUMpckKA>

Informações sobre a implantação da LGPD na 1ª Região da Justiça Federal podem ser acessadas pelo link de informações básicas no site do TRF1, localizado no [ícone à direita no portal](#). O projeto Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do TRF1 também disponibilizou para sugestões e orientações o e-mail lgpd@trf1.jus.br.

Fonte: TRF1

Juízo 100% Digital é discutido em sessão do Conselho da Justiça Federal

A reunião teve participação do presidente do STF e do CNJ, Min. Luiz Fux

O Conselho da Justiça Federal (CJF) realizou na tarde do dia 9 de novembro, sessão ordinária de julgamento com suporte de vídeo. A reunião foi conduzida pelo presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Humberto Martins, e contou com a participação do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, que falou no início da sessão sobre o projeto Juízo 100% Digital.

A iniciativa do CNJ visa a que todos os atos processuais sejam praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto por intermédio da rede mundial de computadores, e, segundo o ministro Luiz Fux, o Conselho Nacional de Justiça auxiliará os tribunais brasileiros na implementação do Projeto, respeitando a autonomia de cada órgão.

Para saber mais, acesse: <https://bit.ly/3eJ7EuN>

Aniversariantes: Hoje: Leonardo Carvalho Pinto (Jequié), Reynaldo Augusto do Patrocínio Neto (Alagoinhas), Rita de Cassia Oliveira Araujo (Turma Recursal) e Ricardo da Silva Mota (Eunápolis). **Amanhã:** Ana Cristina Silva Garcia (Nucju), André Luiz Limoeiro Carvalho (Itabuna) e Alcione Alves Melo (Irecê). **Parabéns!!!**

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social – SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Dia 18 tem palestra sobre transformação no ecossistema da Justiça às 14h, via Teams

No dia 18 de novembro, às 14h, a Seção Judiciária da Bahia trará a palestra “7 premissas para acelerar a inovação e o processo de transformação no ecossistema de justiça”, ministrada por Ademir Milton Piccoli, por meio da plataforma Microsoft Teams.

O objetivo da palestra é apresentar as 7 premissas para acelerar a inovação e o processo de transformação no ecossistema da Justiça e apoiar na atualização das pessoas através da entrega conteúdos atualizados sobre inovação, tecnologia e empreendedorismo no Poder Judiciário.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Consolidação da transformação, para mudanças internas e externas;
- Empoderamento da cultura digital;
- Expansão de soluções, que permeiam diferentes áreas;
- Promoção da interação, da experimentação e da inovação;

Somando a formação em direito com a paixão pela ideia de transformação através da tecnologia, o Judiciário Exponencial nasceu em 2014, com o propósito de transcender o processo tradicional de uma consultoria. Por isso, desde o início, busca soluções tecnológicas e inovadoras, que possibilitem melhorias nos serviços públicos. Assim, o seu objetivo consiste em promover relacionamentos profissionais de qualidade, compartilhar informações relevantes, para o dia a dia das instituições, além de trocar conhecimentos em todo ecossistema da Justiça.

Sobre o palestrante - Advogado e ativista de inovação, Ademir Piccoli é curador de projetos ligados ao tema e seu ativismo o levou a escrever o livro Judiciário Exponencial, que destaca os melhores casos de inovação na justiça e introduz no ecossistema judiciário o moderno conceito de organizações exponenciais que tem inspirado inúmeros líderes do judiciário no Brasil.



7 PREMISSAS PARA ACELERAR A INOVAÇÃO E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO NO ECOSSISTEMA DE JUSTIÇA

Faça parte dessa mudança!

18 de novembro, 14h às 15h30
via Microsoft Teams



Palestrante: Ademir Piccoli
Advogado, autor do livro “Judiciário Exponencial” e ativista de inovação